

CARTOGRAFIA SOCIAL PARTICIPATIVA NA VILA CAIÇARA DE PICINGUABA (UBATUBA – SP)

PARTICIPATORY SOCIAL CARTOGRAPHY IN PICINGUABA CAIÇARA VILLAGE (UBATUBA - SP)

*CARTOGRAFÍA SOCIAL PARTICIPATIVA EN LA COMUNIDAD CAIÇARA DE PICINGUABA
(UBATUBA- SP)*

Dorival Bonfa Neto

A VILA DE PICINGUABA

A vila está localizada ao norte do município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo (Brasil). O território em que está a comunidade faz parte do Núcleo Picinguaba, que pertence ao Parque Estadual da Serra do Mar (criado pelo Decreto Estadual 13.313 de 06/03/1979). Além de paisagens que vão desde a costa marinha até a escarpa da Serra do Mar, abrangendo a praia Brava da Almada, Fazenda, Picinguaba, Camburi e Brava do Camburi, o Núcleo Picinguaba possui a presença de comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, como as da Vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda, Cambury e Sertão do Ubatumirim e Aldeia Boa Vista (Comunidade Guarani), onde essa culturas ainda (re)existem.

A ocupação do território que hoje é o Parque Estadual remete a desde antes da invasão dos europeus, quando a região era habitada por indígenas Tubinambás, que praticavam a caça, pesca e a coleta, como descrito pelos relatos de Hans Staden em seu livro *Duas viagens ao Brasil*, publicado originalmente em 1557, e de Jean de Léry, no livro *História de uma viagem feira na terra do Brasil*, de 1578.

O isolamento de algumas áreas em relação à cidade favoreceu a formação de núcleos de povoamento onde se estabeleceram comunidades que culturalmente são frutos da miscigenação entre o branco, o indígena e, posteriormente, o negro. Até meados do século XX essas comunidades mantiveram o seu modo de vida tradicional, onde praticavam a agricultura itinerante alternada com atividades de caça, pesca e extrativismo, vivendo em simbiose com a natureza, em que praticavam um manejo dos recursos naturais de uma maneira onde a biodiversidade não era afetada (DIEGUES, 1988).

Porém, a partir de meados do século XX, fatores como a especulação imobiliária, chegada da atividade turística e das rodovias, expansão da pesca industrial predatória e a criação de áreas protegidas, fizeram com que muitas das comunidades tradicionais no município de Ubatuba fossem afetadas e impedidas de exercerem algumas atividades necessárias à reprodução de seu modo de vida, como a agricultura itinerante, o extrativismo e a pesca artesanal.

Este fenômeno atingiu a Vila de Picinguaba (que ocupa uma pequena planície e as encostas de um anfiteatro da Serra do Mar), e foi um sítio de povoamento tradicional de pescadores agricultores (caiçaras e quilombolas), onde se praticava a pesca de cerco e arrasto de praia e a coleta de crustáceos e moluscos nos estuários. A partir da década de 1950, a Vila começou a sofrer com a apropriação capitalista do turismo e com a predação feita pela pesca industrial capitalista (FURLAN, 1990).

A população que vive da profissão de pescador e agricultura quase desapareceu. Não há mais terras livres para plantar. Na Vila o espaço físico se reduziu para dar lugar as casas dos turistas. No sertão da Praia da Fazenda a legislação do Parque Estadual da Serra do Mar, impediu a abertura de novas roças e manejo das antigas áreas. A criação do Parque e o tombamento inibiu, timidamente, a especulação imobiliária na região (Principalmente na Vila), mas coibiu o morador do lugar. (FURLAN, 1990. p. 65)

A criação do Parque Estadual da Serra do Mar teve como um dos objetivos deter a especulação imobiliária das comunidades abrangidas, e também diminuir a apropriação capitalista no local. Por outro lado,

a Vila de Picinguaba, assim como outras comunidades que estão dentro de áreas onde foram delimitados parques, também sofre com as leis do parque. A existência do parque foi baseada em um modelo de unidade de conservação em que não deve haver atividade humana que se aproprie – ainda que minimamente – da natureza, criando, assim, uma “natureza intocada” (DIEGUES, 2001). Dessa forma, os moradores da vila, que são historicamente responsáveis pela manutenção dos ciclos da natureza daquela região e conseqüentemente pela manutenção da biodiversidade, são impedidos de realizar suas atividades tradicionais, como a pesca artesanal, a roçagem, fabricação de canoas, o extrativismo vegetal, entre outras.

Essa situação, descrita há quase três décadas, atualmente se intensificou, e, na Vila, a pesca artesanal é praticada por poucos moradores, que preferem se dedicar ao turismo ou à pesca industrial embarcada. Atualmente, cerca de 70% das habitações não pertencem à população nativa, sendo segundas residências (segundo afirmam moradores). A Vila possui atualmente uma escola, quatro pousadas, três igrejas (uma católica, uma evangélica e uma adventista), um pronto atendimento, associação de moradores e cerca de 10 bares e restaurantes. Os caiçaras que ainda habitam o local dedicam-se à atividade turística, principalmente em alta temporada, e alguns homens ainda realizam a pequena pesca, sendo que a maioria dos pescadores realiza a pesca industrial embarcada, muitos dos moradores também possuem casa de aluguel para a temporada ou estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes e pousadas. Portanto, a atividade turística e o comércio aparecem como alternativa à pequena pesca, e, com isso, ocorrem transformações na cultura caiçara, que se adapta e se modifica entre distintas temporalidades simultaneamente no mesmo lugar. Por um lado, a atividade turística dá grande sustento na época de temporada para os moradores da vila, e, por outro, mercantiliza a natureza do local e a cultura caiçara. Isso gera uma série de contradições, uma vez que os moradores da vila se encontram em situação difícil, devido às restrições do parque, mas os turistas não encontram muita dificuldade em comprar ou construir casas luxuosas.

METODOLOGIA

Após discussões e revisão bibliográfica sobre a atual condição da Vila e as transformações ocorridas pelo menos nas últimas seis décadas, realizamos um levantamento do material cartográfico disponível sobre a Vila. Tendo como base uma ortofoto (EMPLASA, WMS, 2010), através do software ARCOGIS, elaboramos um Mapa de Uso da Terra na Vila de Picinguaba.

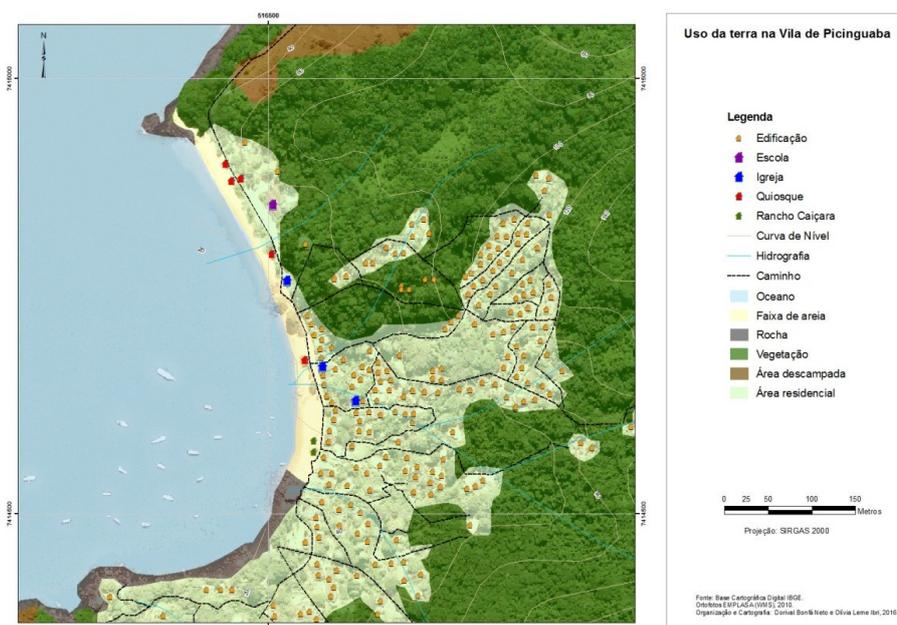


Figura 1: Uso da terra na Vila de Picinguaba

Fonte: BONFÁ NETO; IBRI, 2016.

Os mapas e a política de mapeamento tradicional estabelecem disputas entre as distintas representações do espaço, assim articulando as disputas e conflitos territoriais com a disputa cartográfica (ACSERALD, 2008). Sendo assim, pelo levantamento bibliográfico e cartográfico que realizamos, encontramos mapas confeccionados por agentes que não eram os que vivem em Picinguaba e têm uma relação mais íntima com os lugares mapeados, portanto, os mapas convencionais servem como um mecanismo autoritário de controle para essas comunidades tradicionais. Para poder fazer a comparação de como o simples mapeamento do lugar não traz as representações dos sujeitos que lá estão, fizemos o mapa do uso do solo. Dessa forma, a cartografia participativa traz algumas possibilidades:

Este sub-campo da cartografia participativa constitui o domínio social delimitado por premissas institucionais, culturais e cognitivas, onde atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais. [...] constroem-se fronteiras simbólicas, técnicas e morais com relação a outras práticas organizadas, configurando certa perícia legitimada, redes inter-pessoais e organizacionais, distribuição de recursos e regras internas de jogo. Tendo como referência o campo da produção cartográfica. (ACSERALD, 2008, p.17)

A parte prática do trabalho se realizou em campo, na Vila de Picinguaba, durante os dias 16, 17 e 18 de dezembro de 2016, quando realizamos um mapeamento da Vila com os moradores locais. Por meio de caminhadas e conversas com os moradores do lugar, foi sendo confeccionando um mapa social participativo, cujas intervenções foram realizadas principalmente pelas crianças.

Os membros da comunidade local eram convidados a desenharem no mapa os lugares da Vila, como dados sobre o uso da Terra, caminhos, fronteiras do local e lugares que possuíssem um significado para a vida comunitária. Desta forma, os moradores da comunidade puderam alegar a sua autoridade legítima para fazer as reivindicações sobre o território, bem como elaborar uma representação do território vivido e presente no cotidiano daqueles que nele vivem.

RESULTADOS

A metodologia participativa é de fundamental importância para que as pessoas com quem conversamos se apropriassem do processo de construção do mapa e entendessem o que estão fazendo e o motivo de seu trabalho. Ou seja, acreditamos que o método deva ser apropriado e mais utilizado nas pesquisas envolvendo comunidades tradicionais, bem como daquelas feitas em territórios que são colocados em disputas.

Devido aos conflitos que existem na região, em relação aos caíçaras e às leis do parque, houve um pouco de desconfiança por parte de alguns moradores, principalmente quando pedíamos para desenharem ou colocarem no papel as suas representações do lugar. Nesse sentido, as crianças e os jovens se mostraram mais abertos à realização do trabalho. Isso é bastante compreensível, uma vez que estão em situação de vulnerabilidade. Contudo, o processo foi muito proveitoso, todo o material confeccionado foi concedido à Associação de Moradores (assim como este artigo também será).

A partir do mapa social, pudemos notar a presença de alguns lugares simbólicos para a comunidade, como os quiosques na praia, o rancho, a área de limpeza dos peixes, a centralidade dos rios e córregos para a disposição das moradias, bem como as moradias que são posse de pessoas "famosas" e conhecidas, por exemplo, a do ex-senador e vereador de São Paulo, Eduardo Suplicy.

Palavras-chave: Cultura caíçara. Parque estadual. cartografia social participativa. Comunidades tradicionais.

Keywords: Caíçara culture. State Park. Participatory social cartography. Traditional communities.

Palabras Clave: Cultura Caiçara. Parque Estatal. Cartografía social participativa. Comunidades tradicionales.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henry. **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf> Acesso em: 16/12/2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas**: O caso das comunidades caiçaras. São Paulo: Série documentos e relatórios de pesquisa nº5. NUPAUP-USP, 1988.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FURLAN, Sueli Ângelo. Picinguaba: Três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do estado de São Paulo. **Boletim paulista de Geografia**. nº 69, pp. 61-73, 1990.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picinguaba)**. Disponível em: <<http://www.parqueestadualserradomar.sp.gov.br/pesm/nucleos/picinguaba/sobre/>> Acesso em: 09/12/2019.